SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/01/2015- Tele.Sintese

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PORTUGAL FAZ BUSCAS NA PT SGPS

Unidade de combate à corrupção da Polícia Judiciária de Portugal procura material sobre relações comerciais entre PT SGPS e Grupo Espírito Santo.

O Ministério Público de Portugal realiza, nesta terça-feira (6) buscas na sede da holding PT SGPS. A companhia portuguesa, em processo de fusão com a brasileira Oi, passa por investigações por ter operado dívida de empresa do Grupo Espírito Santo (GES). No caso, a PT SGPS comprou, no começo do ano passado, papeis comerciais da Rio Forte no valor de 897 milhões de euros. A Rio Forte não honrou o pagamento.

A transação, cuja descoberta causou mal estar entre os sócios brasileiros da Oi, resultou em um memorando de entendimento em que a PT SGPS troca ações detidas na CorpCo – empresa resultante da fusão com a Oi – pelo valor da dívida. A operação também resultou em uma reestruturação da holding, antiga dona da operadora Portugal Telecom.

Desde o calote da Rio Forte, o Ministério Público de Portugal investiga o Grupo Espírito Santo, que decretou falência. À investigação, foi acrescentada agora um novo processo, tocado em segredo de justiça, a respeito das relações entre PT SGPS e o GES. A investigação tem auxílio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Polícia Judiciária (unidade de combate à corrupção) e Autoridade Tributária, todos de Portugal.

"Neste inquérito estão em causa suspeitas de participação econômica em negócio e burla qualificada, investigando-se aplicações financeiras realizadas pela empresa", explica, em comunicado, a Procuradoria-Geral portuguesa. (Com agências internacionais)

Esta matéria foi extraída de
http://www.telesintese.com.br/ministerio-publico-de-portugal-faz-buscas-na-pt-sgps/

06/01/2015 - Conexão Sindical

Assembleia noturna confirma greve de 13 mil trabalhadores na Volks

Durante assembleia na noite desta terça (6), os trabalhadores do terceiro turno na Volks, em São Bernardo, seguiram os companheiros dos turnos da manhã e tarde e aprovaram a manutenção da greve por tempo indeterminado em protesto contra a demissão de 800 metalúrgicos.

Também foi aprovado que, enquanto durar o movimento, não haverá terceiro turno na Volks. Isso significa que os companheiros do turno da noite poderão participar da luta nos dois primeiros períodos – às 6h e 15h.

Os trabalhadores souberam de sua demissão por meio de telegrama que falava para não retornarem aos seus postos de trabalho após o fim das férias coletivas, que aconteceu nesta terça.

A correspondência começou a ser enviada pela empresa dia 30 de dezembro e já chegou a 800 companheiros. Além deles, a ameaça de demissão existe para outros 1.300 trabalhadores, já que a Volks anunciou publicamente sua avaliação de que existem 2.100 excedentes na fábrica do ABC.

"Ao todo, 13 mil trabalhadores [entre horistas, mensalistas e de empresas terceirizadas] mantém a mesma disposição até a vitória e lutam por um novo acordo que garanta os empregos na fábrica", afirmou o secretário-geral do Sindicato, Wagner Santana, o Wagnão.tos necessários serão discutidos durante as assembleias que acontecerão todos os dias na fábrica", declarou Wagnão.

Da Redação SMABC

Leia mais em http://www.observatoriosocial.org.br/conexao-sindical/node/9467#.VK0laCvF9-4

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/01/2015 - Conexão Sindical

Publicada lei que isenta aposentados inválidos de perícia após 60 anos

Foi publicada no Diário Oficial da União, de 31/12/2014, Seção 1, página 1, a Lei nº 13.063, de 30/12/14. Ela insere os parágrafos 1º e 2º ao art. 101 da Lei nº 8.213, de 24/07/91, para isentar o aposentado por invalidez e o pensionista inválido beneficiários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 anos de idade.

A novo diploma legal, que entra em vigor na data de sua publicação, prevê três exceções à nova regra, quais sejam:

A) para verificar a necessidade de assistência permanente de outra pessoa para que o valor da aposentadoria por invalidez seja acrescido em 25%, conforme dispõe o art. 45;

B) quando o próprio beneficiário solicitar a perícia para verificar a recuperação da capacidade de trabalho;

C) quando solicitado pelo Judiciário, para fins de subsidiar a concessão de curatela.

É provável que o INSS divulgue orientações internas aos seus servidores, a fim de dar cumprimento ao comando legal, pois com a nova regra algumas questões ainda precisam ser definidas quanto à operacionalização nas Agências da Previdência Social, tais como: a identificação dos beneficiários que se enquadram nessa regra; a identificação dos beneficiários que se enquadram nas exceções; o tratamento a ser dado às perícias desses beneficiários que já foram agendadas anteriormente à entrada em vigor da Lei; dentre outras.

Fonte: Gustavo Beirão - Jus Brasil

http://www.observatoriosocial.org.br/conexaosindical/node/9471#.VK0nDCvF9-4

06/01/2015 - Conexão Sindical

Piso salarial dos professores terá 13,01% de reajuste, diz MEC

O Governo Federal anunciou na noite de hoje (6/1) o percentual de crescimento do piso nacional de professores, que será de 13,01%, conforme determina o artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. O reajuste entra em vigor nesta terça-feira. Os estados e municípios precisam se adequar para pagar o novo salário aos professores já em fevereiro.

O piso salarial do magistério foi criado em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal. Esse dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei nº 11.738/2008. Conforme a legislação vigente, a correção do piso reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Segundo nota do Ministério da Educação (MEC), o ministro Cid Gomes reuniu-se nos últimos dias com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e entidades representativas de gestores públicos e trabalhadores da educação para apresentar a proposta de reajuste.

Fonte: MEC

http://www.observatoriosocial.org.br/conexaosindical/node/9470#.VK0ndyvF9-4

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/01/2015 - CUT Nacional

Centrais avaliarão mudanças em benefícios previdenciários em janeiro

Serão discutidos as mudanças que tornam mais rígidas as regras para a concessão de cinco benefícios trabalhistas e previdenciários

As cinco centrais sindicais - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) - se reunirão em janeiro para discutir as mudanças anunciadas na segunda-feira (29) que tornam mais rígidas as regras para a concessão de cinco benefícios trabalhistas e previdenciários.

As normas que alteram o acesso ao abono salarial, seguro-desemprego, seguro-defeso, pensão por morte e auxílio-doença foram divulgadas após encontro dos ministros da Previdência, do Trabalho e Emprego, do Planejamento e do representante do Ministério da Fazenda com representantes de centrais sindicais.

Todas as alterações serão encaminhadas ao Congresso Nacional por meio de duas medidas provisórias (MPs) e terão de ser aprovadas pelo Legislativo dentro de 120 dias.

Com a proposta o governo sinaliza que R$ 18 bilhões, ou 0,3% do Produto Interno Bruto, sejam revertidos por ano para outros setores do Estado.

Governo diz que quer corrigir distorções - Para o ministro Aloizio Mercadante, a mudança foi providenciada como forma de corrigir a distorção gerada pela entrada de jovens no mercado de trabalho, uma vez que é conhecida a rotatividade destes trabalhadores iniciantes. Por conta disso, são observadas, hoje, grandes distorções.

Escrito por: Agência Brasil. Leia mais:
http://www.cutpe.org.br/destaque-central/15927/centrais--avaliarao-mudancas-em-beneficios-previdenciarios-em--janeiro

Ativistas sindicais concentram-se em Lisboa no dia da assembleia geral da PT SGPS

O Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV) anunciou esta terça-feira uma concentração nacional de ativistas sindicais para 12 de janeiro, dia em que os acionistas da PT SGPS decidem sobre a venda da PT Portugal à francesa Altice. "Para dar voz às nossas preocupações está marcada uma concentração nacional de ativistas sindicais para o dia 12 de janeiro, aquando da assembleia de acionistas, a partir das 14:00, frente ao edifício-sede da PT", no Fórum Picoas, em Lisboa, lê-se no comunicado do SINTTAV.

O sindicato lembra que a 12 de janeiro vai realizar--se a assembleia-geral de acionistas da PT SGPS, onde será decidido o futuro da PT Portugal, estando em cima da mesa a venda deste ativo, detido pela operadora brasileira Oi desde o aumento de capital de maio, à multinacional francesa Altice. "No momento, a nossa preocupação é a venda da PT e não os compradores, porque estes, regra geral, seja a Altice ou outro, são todos iguais, têm como objetivo o lucro e mais lucro, desrespeitando os trabalhadores e os seus direitos", diz o sindicato.

Entre as preocupações do SINTTAV está a manutenção do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), do diálogo social, do plano de saúde existente, dos cerca de 27 mil postos de trabalho, dos quais cerca de 11 mil são diretos e cerca de 16 mil indiretos em regime de 'outsourcing' e prestação de serviços, e a preservação da capacidade técnica e de inovação existente, entre outras. Os acionistas da PT SGPS, que vai deter 25,6% da nova entidade resultante da fusão com a Oi (CorpCo), vão debater a venda da PT Portugal à Altice, sendo que a operadora brasileira já assinou com o grupo francês o acordo definitivo para a venda daquele ativo.

Ler mais em: http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/detalhe/ativistas_sindicais_concentram_se_em_lisboa_no_dia_da_assembleia_geral_da_pt_sgps.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/01/2015 - Cenário.MT

Ações questionam normas sobre benefícios de ICMS em três estados

O partido Solidariedade (SD) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) para questionar normas dos Estados da Bahia, Sergipe e Espírito Santo que conferem benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A legenda alega em todas as ações que as normas estaduais afrontam a Constituição Federal em seu artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea "g", o qual determina a regulamentação, por lei complementar e mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal (DF), da forma como isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS serão concedidos e revogados.

Segundo o partido, as regras para concessão de incentivos fiscais estão regulamentadas pela Lei Complementar 24/1975, a qual estabeleceu a necessidade da celebração de convênios entre os estados e o DF, com a participação do Ministério da Fazenda. Destaca que o STF, em várias decisões, já julgou inconstitucional toda espécie de benefício fiscal de ICMS concedido sem a realização de convênio.

Bahia

Na ADI 5210, o partido questiona normas do Estado da Bahia que tratam do financiamento do ICMS devido no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (Probahia), voltado a novos empreendimentos industriais que vierem a se instalar no estado ou aos já existentes que passarem por ampliação. O relator da ação é o ministro Luís Roberto Barroso.

Sergipe

Os dispositivos legais do Estado de Sergipe questionados na ADI 5212 concedem a empreendimento industrial novo, a título de apoio fiscal do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), carência para pagamento do ICMS. Contudo, para o partido, ocorreu no caso "o desvirtuamento da 'carência' de ICMS em redução deste imposto em até 75% do devido". Esta ADI também está sob a relatoria do ministro Roberto Barroso

Espírito Santo

Já na ADI 5214, o Solidariedade contesta a validade de leis do Estado do Espírito Santo que tratam do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), cujos recursos são destinados a promover o incremento das exportações e importações realizadas pelo porto de Vitória. De acordo com a legenda, as normas instituem "o financiamento do ICMS devido", a ser recolhido pelas empresas beneficiárias do Fundap. O ministro Marco Aurélio é o relator do processo.

http://www.cenariomt.com.br/noticia/416425/acoes-questionam-normas-sobre-beneficios-de-icms-em-tres-estados.html

06/01/2015 - Exame

Operadoras concorrem com gigantes como Google e Apple

São Paulo - Em geral, para divulgar os Serviços de Valor Agregado (SVAs), as operadoras enviam mensagens de texto ao usuário ou acrescentam na gravação da caixa postal, por exemplo, o anúncio de um aplicativo. O usual é oferecer alguns dias de assinatura grátis, para depois começar a cobrar.

O esforço de divulgação é proporcional ao desafio que essas empresas enfrentam. A Google Play e a App Store, lojas de aplicativos do Google e da Apple, respectivamente, têm cada uma mais de 1 milhão de opções de apps.

Leia mais: http://migre.me/o0wMP